



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Ata

Reunião de 28 de outubro de 2013

Aos vinte e oito dias de outubro de dois mil e treze, pelas onze horas, reuniu o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONCIG, nas instalações do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, adiante designado ACIDI, sitas na Rua Álvaro Coutinho n.º 14, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Aprovação da ata da reunião anterior; -----
- 2) Reflexão sobre decisões judiciais relativas ao abandono escolar por questões culturais; -----
- 3) Balanço da reunião internacional dos Pontos Focais Nacionais das Estratégias para a Integração das Comunidades Ciganas; -----
- 4) Balanço da implementação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas em Portugal; -----
- 5) Discussão sobre os possíveis temas a debater em futuras reuniões; -----
- 6) Outros assuntos. -----

Presidiu à reunião a Senhora Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, Dra. Rosário Farmhouse, adiante designada Alta Comissária, que nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013 de 17 de abril, preside ao CONCIG. A secretariar a Alta Comissária esteve o Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI), composto por Maria Helena Torres, sua coordenadora, Beril Baranyai e Carlos Nobre. Esteve ainda presente Duarte Miranda Mendes, Chefe de Gabinete da Alta Comissária. -----

Estiveram presentes os membros do CONCIG constantes da lista de presenças em anexo (anexo 1). -----

Antes do início dos trabalhos, a presidente do CONCIG colocou à consideração dos conselheiros a alteração da ordem de trabalhos, propondo a discussão do ponto 2 em último lugar, dado que este ponto exigia maior reflexão e os restantes pontos não suscitavam tanta discussão. A proposta foi acolhida e aprovada pelos conselheiros presentes. -----

No seguimento do ponto 1, a conselheira Alexandra Castro propôs uma alteração ao 5.º parágrafo da segunda página da ata. Assim, onde anteriormente constava “[...] considera que é importante divulgar a atividade do CONCIG para que as pessoas saibam a quem podem recorrer nesta matéria [...]”, passa a constar “[...] A Conselheira Alexandra Castro considera que é importante divulgar a atividade do CONCIG a nível local no sentido de sensibilizar as entidades para a temática da integração da população cigana e para a importância de concretização da estratégia [...]”. Os restantes conselheiros validaram a alteração apresentada e aprovaram a nova redação da ata. -----

No que diz respeito ao ponto 3, a Alta Comissária informou que participou, recentemente, na reunião dos pontos focais nacionais das Estratégias Nacionais para a Integração dos Ciganos. Nesta reunião tornou-se clara a pressão da Comissão Europeia, através dos fundos comunitários, para que os Estados-Membros implementem ações para a promoção da integração das comunidades ciganas. A Dr.^a Rosário Farmhouse teve a oportunidade de transmitir aos seus pares que Portugal, ainda que tenha aprovado a sua Estratégia Nacional mais tarde, já realizou algumas ações. -----

Tendo em conta que na reunião dos Pontos Focais Nacionais das Estratégias foi solicitada informação sobre a execução e desenvolvimento da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), a Alta Comissária já enviou um pedido de colaboração a todos os pontos focais. -----

Relativamente ao ponto 4, a presidente do CONCIG manifestou a necessidade da realização de reuniões com os vários ministérios por forma a preparar e executar as ações previstas na Estratégia. Estas reuniões têm ainda particular importância na recolha e preparação da informação solicitada pela rede europeia dos pontos focais das estratégias nacionais para a integração dos ciganos. -----

A Dr.^a Maria Helena Torres, coordenadora do GACI, informou que o seu gabinete já reuniu com a Direção-Geral de Saúde (DGS) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e, complementando a informação avançada no ponto anterior, referiu que foi reforçado o pedido realizado pela Rede Europeia dos Pontos Focais das Estratégias Nacionais para a Integração dos Ciganos. Referiu ainda que até ao momento não foi obtida resposta concreta por parte da área da educação e da habitação. -----

A conselheira Teresa Abreu informou que está a preparar a resposta e que será enviada posteriormente. No entanto, o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) está com dificuldade na preparação da resposta e na recolha de dados para a Estratégia, dado que não existem dados desagregados por etnia. -----

A conselheira Lina Varela referiu que existem medidas relevantes em curso, nomeadamente no apoio a crianças itinerantes, sobretudo ciganas, onde as crianças podem frequentar várias escolas de acolhimento independentemente da escola onde foi efetuada a matrícula. Assim, os alunos podem continuar o seu percurso educativo mesmo mudando de escola. Por outro lado, no ensino a distância também se têm registado avanços ainda que não se saiba quantas crianças ciganas estão abrangidas por esta medida. Ainda assim, é uma resposta que pode beneficiar crianças que não podem ir à escola. -----

O conselheiro Vasco Prazeres manifestou alguma dificuldade da DGS em executar o que está previsto na Estratégia, dado o carácter técnico e normativo desta Direção-Geral e o facto de que na Estratégia estão previstas muitas ações de terreno na relação direta com profissionais e utentes. Assim, a DGS terá que ativar interlocutores nas administrações regionais para que se possam executar as ações, visto que a DGS não tem mandato ou perfil para o desenvolvimento das medidas da ENICC no terreno. Registou ainda a evidente dificuldade de se levar a cabo medidas quando estas são desenvolvidas por outros interlocutores. -----

A Eng.^a Rosa Santos, em substituição do conselheiro Francisco Queirós, manifestou preocupação por haver, nesta fase, algum desconhecimento generalizado da existência da ENICC. A este propósito referiu que esteve presente numa reunião, no âmbito de um convite endereçado ao Município de Coimbra para o Conselho Local de Desenvolvimento Social, em que os participantes desconheciam a existência da ENICC. O conselheiro Adérito Montes referiu a importância da criação, ao nível da saúde, de interlocutores para a saúde no sentido de explicarem aos ciganos as regras dos hospitais e das instituições de saúde. -----

A presidente do CONCIG respondeu ao conselheiro Adérito Montes que estas ações positivas estão previstas na Estratégia e que o GACI, em conjunto com a Bolsa de Formadores do ACIDI, vai iniciar uma ronda de ações formativas nesta área. -----

O Conselheiro João Norton Barbosa referiu que, ao nível das ações no domínio da saúde, deve haver uma aposta nos centros de saúde. -----

A Dr.^a Helena Torres partilhou que o GACI foi contactado pelo Centro Hospitalar de Lisboa Central para a promoção de uma ação de sensibilização junto dos profissionais daquele centro hospitalar. Explicou ainda que entrou em contacto com os conselheiros Adérito Montes e António Pinto Nunes por forma a encontrar um mediador para sensibilizar as pessoas que acolhem os doentes. Neste sentido, o GACI e a Bolsa de Formadores do ACIDI vão realizar uma ação de sensibilização para o pessoal administrativo e seguranças do referido centro hospitalar. -----

O conselheiro António Pinto Nunes destacou a importância deste tipo de ações e referiu que só quando a comunidade não-cigana entender melhor a comunidade cigana a relação dos serviços com os ciganos será positiva. Na sua opinião, a comunidade cigana precisa que existam ciganos envolvidos na investigação e recolha de informação necessária em cada setor – saúde, educação, entre outras. -----

Acrescentou que a Federação Calhim Portuguesa (FECALP) apresentou um projeto neste âmbito, financiado pela Noruega, mas o qual não mereceu aprovação. -----

A conselheira Maria José Vicente considerou que seria importante, ao nível da monitorização da Estratégia, registar e acompanhar as ações que as várias organizações da sociedade civil, como a Rede Europeia Anti-Pobreza – Portugal (EAPN-Portugal) têm vindo a realizar. Muitas ações estão a decorrer, como por exemplo as ações de formação da EAPN ao nível das redes sociais por forma a potenciar a divulgação, quer das ações propriamente ditas quer a própria ENICC. -----

A Alta Comissária respondeu, solicitando o envio da referida informação para divulgação e para discussão nas reuniões de pontos focais da Estratégia, onde são partilhadas boas práticas. -----

O conselheiro Almerindo Lima entende que os maiores problemas das comunidades ciganas são a educação e o absentismo escolar. Os mediadores escolares, a este nível, podiam ter um bom resultado e devia apostar-se mais nos jovens para serem futuros mediadores. Nos locais onde existe a aposta nos mediadores, como em Tomar através do Programa Escolhas, em 3 anos, já existem resultados positivos. -----

Acrescentou ainda que outro grande problema é a habitação e não tanto a saúde, dado que ao nível da saúde todos beneficiam do sistema nacional de saúde e já recorrem às várias medidas existentes. -----

Referiu ainda que os municípios podem contribuir para o levantamento acerca das comunidades ciganas no país. -----

A presidente do CONCIG explicou aos conselheiros que o trabalho de avaliação e recolha de informação que está a decorrer refere-se sobretudo às quatro grandes áreas do emprego, educação, habitação e saúde. No entanto, todos os conselheiros e entidades estão convidados a contribuir para a recolha de informação em curso e a avaliação da implementação da Estratégia. -----

No que diz respeito ao ponto 5, face à necessidade de aprofundar o tema da educação, os conselheiros concordaram com a proposta do ACIDI de realizar uma reunião temática sobre a educação nas próximas reuniões do CONCIG. -----

Relativamente ao ponto 6, a Alta Comissária informou que a 26 e 27 de novembro, na Fundação Calouste Gulbenkian, irá realizar-se o I Encontro das Mulheres Ciganas Portuguesas, organizado pela Associação Letras Nómadas. -----

Nos dias 5 de novembro e 3 de dezembro, vão realizar-se, no Museu da Cidade e no âmbito da exposição “Vidas Ciganas”, dois workshops sobre percursos e experiências de vida de alguns ciganos e ciganas, como dos ex-mediadores municipais de Beja, Prudêncio Canhoto e Seixal, Olga Mariano, entre outros. -----

Deu ainda conta que nesse mesmo dia irá decorrer, no Teatro Tivoli, pelas 21h30, o espetáculo Camarón Suite, do maestro Paco Suarez. -----

No âmbito do ponto 2, a Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural referiu que têm surgido várias decisões judiciais dispensando crianças ciganas da frequência escolar. Demonstrou a sua preocupação com esta situação, uma vez que prejudicam o trabalho que tem sido desenvolvido no terreno junto das comunidades ciganas. Assim, explicou que o ACIDI produziu uma proposta de parecer, enviada previamente e juntamente com a convocatória, para discussão e aprovação no CONCIG. Informou ainda que a conselheira Maria José Casa-Nova, ainda que não fosse possível estar presente, enviou a sua opinião sobre a proposta de parecer e que, no seu essencial, chama a atenção para a necessidade de revisão do documento e uma maior discussão do mesmo antes da aprovação. -----

O conselheiro Almerindo Lima referiu que se sente discriminado com este tipo de decisões, explicando ainda que não podem existir diferentes decisões para ciganos e para não-ciganos. -----

A conselheira Rosário Carneiro partilhou algumas preocupações da conselheira Maria José Casa-Nova e concorda com a necessidade de se fazer um comunicado sobre a matéria. Continuou, chamando a atenção dos conselheiros que “estamos perante uma clara violação do direito da criança a estar na escola”. Assim, o comunicado deverá chamar a atenção que “a presunção de um direito não tem variações culturais”. No entanto, ao contrário do texto proposto pelo ACIDI, considera que o comunicado não deverá conter pormenores relativos a aspetos culturais das comunidades ciganas e não deverá dispersar tanto. Deverá centrar-se sobretudo no facto do direito à educação de três crianças ciganas ter sido colocado em causa. -----

Referiu ainda que o comunicado deverá ser dado a conhecer ao Ministério Público e ao Conselho Superior de Magistratura, e chamou novamente a atenção que deverá denunciar uma clara violação de um direito. Neste contexto, a resolução deste tipo de situações decorrerá, na prática, das medidas da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas. -----

Demonstrou ainda alguma preocupação no que toca à sensibilidade que se exige na relação deste comunicado com a independência do poder judicial. -----

A conselheira Mélanie Silva concordou com a generalidade do documento mas entende que o formato deverá ser alterado e deverá ser mais curto. -----

O conselheiro Vasco Prazeres também concordou com a generalidade do documento mas entende que falta uma referência à Convenção dos Direitos da Criança e que devia haver uma concertação com a Comissão Nacional para a Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) nesta matéria. -----

A conselheira Lina Varela concordou com o conselheiro Vasco Prazeres e acrescentou que as respostas educativas alternativas referidas na proposta do ACIDI constituem ofertas educativas com claras mais-valias. -----

O conselheiro Roque Amaro considerou que o comunicado deverá ser curto e objetivo, salientando de uma forma clara o direito à educação. Na sua perspetiva, a diversidade cultural força a aplicação de um direito mas de uma forma ajustada e diferenciada, pelo que o comunicado deve salvaguardar esta questão, sobretudo dadas as variantes culturais entre as comunidades ciganas. -----

Referiu ainda que, relativamente aos percursos curriculares alternativos, têm existido casos em que se tem optado, indiscriminadamente, por esta solução para o caso das crianças ciganas. Neste sentido, na sua opinião, tal facto decorre de um facilitismo na abordagem a casos mais sensíveis, pelo que o comunicado deverá ainda chamar a atenção para esta situação. -----

O conselheiro Roque Amaro partilhou ainda o conjunto de preocupações apresentadas pela conselheira Rosário Carneiro no que diz respeito à gestão do comunicado e a independência do poder judicial. Assim, o comunicado deverá sugerir apenas a realização de reuniões e o estabelecimento de articulações com várias instâncias judiciais, propondo ainda a colaboração do ACIDI na formação dos juizes e equipas da CPCJ, do Conselho Superior de Magistratura e do Centro de Estudos Judiciários. -----

Tendo em conta a urgência de emitir uma opinião sobre esta matéria, propôs que a validação do texto ocorresse antes da realização da próxima reunião do CONCIJ, sendo que o ACIDI deverá deixar cair esta proposta e apresentar novo texto em novo formato.

A coordenadora do GACI explicou que o texto proposto não foi pensado para se apresentar como comunicado mas como um parecer, de carácter técnico e que procura chamar a atenção para o não encaminhamento generalizado deste tipo de casos para soluções específicas. A proposta apresentada procurava ainda sensibilizar para o papel das mulheres e meninas no contexto sociocultural das comunidades ciganas. -----

O conselheiro Roque Amaro sugeriu que se deveria fazer um levantamento das situações registadas e as respostas alternativas que têm sido implementadas. -----

O conselheiro António Pinto Nunes sensibilizou os restantes conselheiros para a “não criminalização dos casamentos precoces” que por vezes se verificam nas comunidades ciganas. Precisamente para que isso não aconteça, os ciganos devem ser consultados, ouvidos e entendidos. -----

A Eng.^a Rosa Santos, considera que o comunicado deverá centrar-se no direito à educação. Referiu ainda que os relatórios das Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais (EMAT) influenciam, em larga medida, este tipo de decisões pelo que propôs a discussão deste tema, distrito a distrito, eventualmente convidando procuradores. -----

A conselheira Rosário Carneiro referiu que o grande desafio na elaboração do comunicado será a conciliação do direito fundamental à educação e o direito à identidade cultural. -----

O conselheiro Vasco Prazeres acrescentou que, ainda que o comunicado deva ser curto e centrado no direito à educação, este deverá referir, brevemente, algumas das determinantes culturais envolvidas. -----

O conselheiro João Norton Barbosa, neste contexto, referiu ainda que deveriam existir, nas escolas com maior número de crianças ciganas, mulheres ciganas para dar apoio neste domínio. -----

Lisboa, 28 de outubro de 2013 -----

